

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO  
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE HORTOLÂNDIA**

1 Aos catorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas na  
2 sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de  
3 Hortolândia – HORTOPREV, localizado na Rua Alda Lourenço Francisco, 160  
4 Remanso Campineiro Hortolândia – SP, reuniu-se em reunião ordinária o  
5 Conselho Administrativo do HORTOPREV, sendo eles: Daniele Cristina Coradini e  
6 Reinaldo Tiago Costa Chaves, indicados pelo Executivo Municipal, Adriano de  
7 Souza Pinto indicado pela Câmara Municipal de Hortolândia, Joaquim Bitoio  
8 Bulhões Filho eleito pelos Aposentados e Pensionistas beneficiários da autarquia e  
9 Sônia Andrade de Azevedo, indicada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço  
10 Público Municipal de Hortolândia, presentes ainda a Superintendente do Instituto  
11 Maria Luisa Denadai, o Diretor de Benefícios do Instituto, Agnaldo Messias  
12 Rodrigues. Abriu a reunião o presidente Bulhões para os informes: a  
13 Superintendente da Instituição Luísa Denadai, que informou ter encaminhado ofício  
14 HORTOPREV/GS 290/2025. Alteração orçamentária nos termos do artigo 42 da Lei  
15 4320/64 - abertura de créditos adicionais especiais no valor de R\$ 52.000,00. O  
16 presidente Bulhões passa a palavra para o Economista previdenciário da instituição  
17 Leonardo Facchini para o primeiro ponto de pauta **Aprovação de movimentação**  
18 **financeira nos investimentos:** O conselho tomou conhecimento da  
19 recomendação de movimentação financeira sugerida pelo comitê de investimentos  
20 em ata de 24/09/2025, que consiste na compra de 80 milhões de reais em NTN-Bs  
21 com vencimento em 2055 e resgate total do fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A  
22 TP RF LP. Após tirar suas dúvidas com membros do comitê presentes, destacou  
23 que a compra de 80 milhões é aderente de forma gradual ao estudo ALM, uma vez  
24 que ainda restam 100 milhões em aberto para compra de NTN-Bs 2055, que  
25 ficarão em disponibilidade de liquidez para oportunidades de investimentos,  
26 conforme recomendações do comitê do instituto. No mais, deliberaram em  
27 unanimidade pela aprovação da operação proposta a ser conduzida em momento  
28 oportuno identificado pela diretoria do instituto. O segundo ponto de pauta **Plano**  
29 **de ação anual de 2026:** Após apresentação pelo economista previdenciário  
30 Leonardo Facchini, do documento finalizado pela área técnica de planejamento do  
31 Instituto, tendo recebido previamente por e-mail, o conselho aprova por  
32 unanimidade o plano de ação de 2026, que consiste em cinco ações fundamentais:  
33 integração da base cadastral, educação previdenciária, construção da sede da  
34 autarquia, capacitação do servidor e migração digital. enviado previamente ao  
35 Conselho de Administração, alguns códigos de aplicação foram reajustes para ficar  
36 em acordo com a técnica orçamentária. Assim sendo, após estes ajustes, os  
37 montantes de gastos com a taxa de administração puderam ser aumentados, de  
38 forma a contemplar algumas contratações e propostas que são consideradas  
39 importantes para a gestão do Instituto e que foram recentemente identificadas.  
40 Assim, sem alterar o total do orçamento, bem como sem alterar o montante de  
41 receita e de despesa estimada, bem como sem alterar o montante das categorias  
42 de despesa (despesa de capital, especialmente), acresceu-se as ações de 2140,  
43 2142 e 2143 valores em algumas dotações a fim de evitar suplementações durante

44 o ano de 2026. Após sanadas dúvidas do Conselho, foi aprovada por unanimidade  
45 orçamento elaborado pela gestão do Instituto agendando para a próxima reunião  
46 ordinária do conselho, em novembro, a apresentação da proposta de plano de  
47 capacitação para dois mil e vinte e seis. O terceiro ponto de pauta **Parecer do**  
48 **departamento jurídico sobre a legalidade do uso das sobras das taxas**  
49 **administrativas para serem aportadas para o FOR (fundo de oscilação de**  
50 **riscos):** Após considerar o parecer jurídico do IBAM e do departamento jurídico do  
51 Instituto e debater sobre o tema, o Presidente Bulhões colocou o item em votação,  
52 foi aprovado por unanimidade por todos os membros: “fica autorizado,  
53 excepcionalmente, o uso da sobra da taxa de administração para pagamento de  
54 benefícios do Fundo Financeiro, equivalente ao valor da Folha do mês de  
55 Outubro/2025”. A seguir os membros condicionaram a aprovação com a seguinte  
56 observação: “que seja encaminhado um Ofício ao Poder Executivo, observando  
57 que a utilização de sobra da taxa de administração para pagamento de benefícios é  
58 uma exceção, e que para 2026 e nos anos seguintes, a Administração deverá  
59 planejar e enviar o equivalente a cobertura do FOR – Fundo de Oscilação de Risco,  
60 nos termos do Inciso I do Art. 13 da Lei Municipal nº 4.399/2024”. O quarto ponto  
61 de pauta **Apresentação do relatório quadrienal do controle interno:** Como já  
62 havia sido encaminhado aos conselheiros, teve como solicitação do conselho, a  
63 correção sobre do detalhamento do fluxo de caixa dos fundos criados na  
64 segregação das massas, apresentando as datas dos repasses realizados pela  
65 administração que, mês a mês, estão sendo posteriores as datas de pagamento  
66 das aposentadorias do fundo financeiro, como foram movimentados recursos para  
67 serem sanadas as faltas de fundos, inclusive para justificar a necessidade da  
68 deliberação favorável do item três da pauta e acompanhamento da situação mês a  
69 mês em relatório a partir dessa data. Não havendo mais itens de pauta a discutir, o  
70 presidente encerrou a reunião e eu, Sônia Andrade de Azevedo redigi a ata e a  
71 assino juntamente com os abaixo relacionados.

72 Adriano de Souza Pinto

73 Daniele Cristina Coradini

74 Reinaldo Tiago Costa Chaves

75 Joaquim Bitoio Bulhões

76 Sonia Andrade de Azevedo

77 Agnaldo Messias Rodrigues

78 Maria Luísa Denadai